



16 de fevereiro: Saímos à rua e exigimos a demissão do Governo!

Travar o esvaziamento da CML!

Pág. 10

**A desumanização nos locais de trabalho
do município**

Pág. 6

Só a luta pode travar o caminho desastroso

Começamos 2013 com a firme convicção de que só a luta e o envolvimento de todos os trabalhadores poderá travar o caminho desastroso que este governo e a sua política tentam impor. Uma política [de direita] que agrava as condições de vida da imensa maioria dos portugueses, que arrasa com a economia nacional, que hipoteca o futuro das mais jovens gerações! Uma política que claramente não serve os interesses nacionais.

O Orçamento do Estado para este ano transformou-se no instrumento [mais um] ao serviço dos interesses de uma ínfima minoria, isto é, dos grandes grupos económicos e financeiros. Em contrapartida, a imensa maioria do povo português é empurrado para uma progressiva pobreza!

As inconstitucionalidades que são por demais evidentes nesta famigerada lei, aprovada pela maioria PSD/CDS, levantam preocupações cínicas e hipócritas de quem, por exemplo, jurou cumprir e fazer a cumprir a Constituição da República Portuguesa. Falamos obviamente do Presidente da República.

Mas não ignoramos, nem muito menos isentamos todos aqueles que pactuaram com a política de direita que conduziu o país até à atual crise económica e social, de contornos cada vez mais dramáticos. O PS, sempre de mãos dadas com o PSD [com ou sem o CDS] foi o responsável dos PEC [1, 2 e 3], os planos que antecederam o “memorando da troika” e que deram início a uma política institucionalizada de austeridade atrás de austeridade. Derrotar esta corja que afundou o país e usurpou a sua riqueza [a riqueza de todos], deixando dívidas e défices, materializado em sucessivos desequilíbrios orçamentais, deve merecer do povo e dos trabalhadores portugueses o mais firme e decisivo combate! É o nosso país, é a nossa vida, é o nosso futuro que está em causa.

Para o **dia 16 de fevereiro**, a CGTP-IN convocou ações de luta em todo o país, em todos os distritos, em todos os setores, do público e do privado. Neste dia, saímos à rua com a força e a motivação de quem sabe que a razão está do nosso lado e de quem não aceita mais roubos disfarçados por um suposto “interesse nacional” que se resume à defesa dos lucros de meia dúzia de agiotas.

A luta também se trava no **Município de Lisboa**, onde enfrentamos a maior ofensiva de que há memória. Um ataque orquestrado pelo PS e PSD da cidade, que fabricaram a lei que visa o esvaziamento da Câmara Municipal, criando novas e variadíssimas competências das futuras juntas de freguesia. A transferência de serviços municipais, com os meios materiais, humanos e financeiros, para as 24 juntas, criadas por um incompreensível e inaceitável processo de reforma administrativa, poderá significar a deslocação de milhares de trabalhadores para um futuro incerto, sempre com a mobilidade especial e/ou geográfica à espreita.

Ao presidente António Costa, o STML já manifestou a sua discordância face a este processo que poderá implicar o esvaziamento quase total da CML. Sabemos contudo, que a decisão final sobre o que se considera serviços “estruturantes” e, como tal, podendo manter-se sob a alçada da autarquia, depende, única e exclusivamente, da vontade política da maioria socialista que hoje determina



os destinos da “nossa casa”.

Em 2013, a luta na defesa dos nossos postos de trabalho e do serviço público municipal de qualidade e a preços acessíveis, será igualmente uma prioridade [se não a mais importante] para este sindicato e para todos os trabalhadores da CML!

No plano da luta mais geral e à qual nos devemos associar, devemos continuar a trilhar o caminho que conduza à derrota e à demissão deste governo.

Considerando o retrocesso nas nossas condições de vida, sem precedentes no Portugal de Abril, devemos encetar um caminho que nos devolva a esperança e a dignidade pela qual lutaram gerações e gerações de portugueses e que obteve, a 25 de Abril de 1974, a materialização de desejos e pretensões que 48 anos de ditadura não conseguiram sufocar.

Em 2013, celebramos 39 anos de liberdade e democracia e não será agora, como não o foi no passado, que permitiremos que nos roubem os nossos sonhos!

Lutemos então por tudo o que nos diz respeito! Lutemos pelos nossos interesses, direitos e aspirações! Lutemos pelo nosso país, pela sua independência e soberania! Lutemos já no dia 16 de fevereiro! ■



Pretenderá a CML desmotivar os trabalhadores do DRMM, esvaziar e destruir os serviços?

Os problemas que os trabalhadores do DRMM e o STML vêm denunciando, nomeadamente, em manifestações no Paços do Concelho e no Largo do Intendente, em sessão de Câmara ou na Assembleia Municipal, onde inclusive, uma Recomendação apresentada pelo PCP, referindo as mesmas preocupações, foi votada favoravelmente por unanimidade, continuam por resolver.

Um dos eternos problemas é a falta de pessoal neste serviço, agravado no último ano com o elevado pedido de aposentações e à qual a CML continua a não dar resposta.

Esta carência gritante de trabalhadores é ainda mais inaceitável quando o executivo ultrapassou a meta de redução de pessoal de 2% (em Setembro último), imposta pelo Orçamento do Estado de 2012, como nos confirmou a vereadora responsável pelos Recursos Humanos.

Outro problema, que se arrasta há largos anos, é a falta de formação profissional que deve ser proporcionada a estes trabalhadores, impossibilitando-os de obter novos conhecimentos essenciais à prossecução da sua atividade profissional.

Por outro lado, mantêm-se a falta de ferramentas e peças, que conduz à reparação no exte-

rior de viaturas que poderiam e deveriam ser reparadas nas nossas oficinas. Agravam-se a ausência de condições de Saúde e Segurança no Trabalho. Problemas que estão perfeitamente identificados e que, inclusive, são reconhecidos por todas as partes, como matérias essenciais ao bom funcionamento destas oficinas.

Este “esquecimento”, por parte do executivo de António Costa, de um setor com a importância das oficinas do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, permite que se façam as mais pessimistas leituras, lembrando que, aquando da reestruturação a tentativa de diminuir para Divisão o atual Departamento, seria esta a forma mais simples de o presidente extinguir este setor sem passar pela Assembleia Municipal.

Se considerarmos as notícias públicas que dão conta do desenvolvimento e eventual concretização do plano de pormenor da Gare do Oriente, onde se inclui a área onde se encontra o Complexo dos Olivais, facilmente percebemos a vontade do executivo em não querer investir nestas instalações.

Apesar do diretor Municipal do Ambiente Urbano ter garantido a este sindicato que a reparação do balneário irá mesmo avançar no início des-

te ano, porque está orçamentada a verba para esse efeito, não ficamos convencidos considerando o que já sucedeu em outras ocasiões em que as obras prometidas, pura e simplesmente não avançaram.

Contrariando a política de esvaziamento e desinvestimento que paulatinamente vêm sendo aplicada nas oficinas de reparação e manutenção mecânica, com vista à sua destruição e, quiçá, à sua externalização, os trabalhadores não desistirão de lutar na defesa do seu local de trabalho e tudo farão para o defender, com a tenacidade que lhes reconhecida, demonstrando, sempre que necessário, a viabilidade e a importância para a CML deste setor. ■



Brigadas da Direção Municipal dos Projetos e Obras (DMPO)

Os eternos esquecidos pela maioria socialista na C. M. Lisboa!

As brigadas operacionais (coletores, calceteiros, sinalização e LX alerta) da Direção Municipal de Projetos e Obras têm constantemente sido votadas, por este executivo camarário, ao abandono e esquecimento.

Sendo estas brigadas fundamentais para a intervenção e reparação de diversos problemas que ocorrem frequentemente na cidade de Lisboa e que normalmente respondem com um grau de rapidez, prontidão e competência elevados, seria de esperar de quem dirige esta autarquia mais respeito por quem trabalha nestes setores fulcrais para a cidade, associando uma maior preocupação pelas condições de trabalho dos respetivos trabalhadores.

Infelizmente, tal não se verifica!

Apesar de vários alertas da parte do STML (que se repetem insistentemente), mantêm-se a degradação sistemática destes serviços e das condições de trabalho neles existentes. Deixamos aqui alguns exemplos:

- ▶ Em todos os setores faltam trabalhadores em diversas categorias, refletindo-se no aumento da carga de trabalho naqueles que se mantêm em funções;
- ▶ Em todos existem atrasos ou falta na distribuição de EPI (fardamentos, botas de proteção, etc...);



▶ Não se realizam obras de manutenção geral nas instalações em que os trabalhadores se encontram há largos anos, encontrando-se algumas delas em estado avançado de degradação;

▶ Na Brigada de Calceteiros, instalada na Rua do Saco, convive-se com o perigo eminente de derrocada do prédio confinante com a mesma, tendo mesmo parte do prédio já começado a ruir por cima das instalações, durante o passado mês de dezembro;

▶ Na Brigada de Sinalização, instalada no Mercado de Xabregas, falta espaço para os trabalhadores e para os equipamentos, existindo também amontoados de sucata acumulados pelos cantos;

▶ Na Brigada de Coletores mantêm-se os problemas nos balneários, existindo falta de manutenção dos chuveiros e na caldeira de aquecimento de água, que se revela insuficiente para que todos possam tomar banho;

▶ Também na Brigada de Coletores se aguarda pela melhoria das condições na cozinha e zona de refeições; o último “aperfeiçoamento” que ali ocorreu foi a colocação de um micro-ondas que, por não trazer prato no seu interior, não passa de uma peça decorativa.

A área de Saúde, Higiene e Segurança do STML desenvolveu, nos últimos meses, um trabalho de visitas e recolha de informações com a ajuda dos trabalhadores, face aos problemas existentes em alguns destes locais. O relatório e as respetivas conclusões serão enviados posteriormente para a DMPO (mais uma vez).

Embora o sindicato tenha sido informado que estariam a ser efetuados estudos no âmbito da resolução dos problemas identificados, reafirmamos que não basta a elaboração de estudos, é necessário e urgente passar à real resolução dos problemas e melhorar, efetiva e rapidamente, as condições de trabalho e o bem-estar destes trabalhadores, também pensando no bem da cidade e da qualidade do serviço que é prestado aos municípios. ■

As consequências de uma agenda neoliberal nos Refeitórios Municipais!

O STML tem denunciado nos últimos meses a situação ignóbil que se verifica nos refeitórios municipais.

Apesar das insistências deste sindicato, o máximo que se conseguiu foi uma reunião com o presidente da CML no início do ano passado. António Costa, após ter sido surpreendido no Largo do Intendente, onde a estrutura sindical acompanhado por alguns órgãos de comunicação social o aguardavam, teve que tomar conhecimento dos problemas e reivindicações que afetam refeitórios e respetivas cozinheiras.

Contudo, os problemas agravaram-se durante o resto do ano e, neste momento, não temos dúvidas que estamos perante uma política deliberada de esvaziamento e depauperação dos refeitórios municipais para, oportunamente, poder justificar a sua entrega, total ou parcial à “iniciativa privada”, seja pela via de uma externalização, concessão ou parceria público/privada, instrumento tão em voga e, simultaneamente, tão delapidador das contas públicas portuguesas.

O STML tem demonstrando inúmeras vezes o seu total repúdio a esta estratégia, aliás, já tentada no passado e com os resultados que todos conhecemos. Aparentemente, a memória é curta para os dirigentes municipais, facto ao qual é necessário aliar o pensamento que hoje domina os responsáveis políticos deste país, em nada divergente das ideias e objetivos que revelam e caracterizam os responsáveis do município de Lisboa.

A ideia mestre passa, impreterivelmente, pela redução da despesa pública, sem olhar a meios, custe o custar! Na Câmara Municipal de Lisboa, à parte de inúmeros exemplos sobre os quais não iremos aqui discorrer, é sintomático o caso dos refeitórios municipais.

Torna-se deveras preocupante que, face à ausência de resolução eficaz e célere aos problemas que atualmente se vivem nos refeitórios, responde o executivo camarário com uma postura caracterizada pela inércia,

contemto e sobranceira, demonstrando inequivocamente, um desrespeito inaceitável por quem trabalha e usufrui destes equipamentos.

As soluções carecem apenas de vontade política, mas de uma “vontade” que salvguarde os interesses e os direitos de quem trabalha e utiliza os refeitórios. Pelo que nos temos vindo a aperceber, todas as ideias para solucionar os problemas denunciados por esta estrutura sindical passam por “estudos encomendados” envolvendo, claro está, “interessados” na área da restauração e do catering.

Em nada referem face à urgência no reforço do número de cozinheiras ou das obras que é essencial efetuar em vários refeitórios, garantindo e salvaguardando as condições de saúde e segurança no trabalho.

Em nada referem face à necessidade de salvaguardar as refeições, quantitativa e qualitativamente, considerando os direitos dos trabalhadores, no ativo ou aposentados que recorrem aos refeitórios municipais.

A hipocrisia e o cinismo mascaram, na maior parte das vezes, as intenções dos responsáveis, políticos e hierárquicos, que têm à sua tutela os refeitórios municipais e a vida de quem neles trabalha. Mas, como infelizmente nos habituamos a confirmar, as pessoas, os trabalhadores são para estes responsáveis municipais, apenas números, isto é, revelam apenas custos que desequilibram o balanço das contas municipais...

Preocupações que supostamente não existem com os sistemáticos desvarios financeiros que se multiplicam pela cidade, desde inaugurações, rotundas e semirrotundas, reabilitação urbana abrangendo negócios duvidosos, elevados contratos envolvendo GPS ou ocupações milionárias do espaço público da cidade, isentas do pagamento de qualquer taxa ou licença municipal. Assim vai a política neoliberal no município de Lisboa.

Para o STML, o direito e a salvaguarda dos refeitórios municipais e das **no**ssas cozinheiras continuará, em 2013, a ser uma prioridade! E não abdicaremos desta luta, com toda a certeza! ■

A agenda neoliberal da CML

e a
destruição
dos
refeitórios
municipais...



A Limpeza Urbana da Cidade de Lisboa!

A história do serviço municipal confunde-se com a história dos homens e mulheres que o compõem!

Ao longo dos últimos vinte anos a higiene urbana esteve, ano após ano, sob a ameaça de privatização. Verificámos, igualmente, uma constante desvalorização dos trabalhadores que, todos os dias, colocam ao serviço dos municípios e desta autarquia a sabedoria e experiência, materializando um serviço público de excelência que é prestado aos habitantes da capital do país.

A falta de um plano sério de formação profissional, que é da responsabilidade da entidade empregadora, isto é, da CML, tem obrigado os próprios trabalhadores a transmitir aos mais novos os meandros da profissão. Facto que só é possível através da experiência adquirida ao longo dos anos.

Por uma evidente opção política, verifica-se, no seio dos trabalhadores, a um processo de envelhecimento acelerado sem soluções nem vontade de quem detém o poder na autarquia, para o debelar e salvaguardar a eficiência, eficácia e economia deste importante serviço público. A não abertura de concursos para a admissão de novos trabalhadores é paradigmático desta falta de vontade política.

Se conjugarmos os processos de nomeação e transferência de trabalhadores dentro da respetiva carreira, nomeadamente, através dos concursos para Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (CMPVE) e outros por nomeação para encarregados operacionais, chegamos facilmente à conclusão de um deficit de cerca de 400 trabalhadores, face ao emagrecimento acelerado do quadro de cantoneiros de limpeza.

Ao longo destes últimos vinte anos, os trabalhadores sempre souberam dar resposta as tentativas de privatização, do qual destacamos o exemplo maior da greve de dezembro de 2008. Uma greve que se prolongou por 4 dias, obrigando o presidente António Costa a recuar nas suas intenções.

Foi, também, com o recurso a greve, que os trabalhadores da higiene urbana fizeram a CML assumir o que dizia ser ilegal, concretamente, no contexto da atualização do Subsídio de Insalubridade e Risco. Uma greve que se materializou em dois dias de greve, sempre com extraordinárias adesões.

Nestes últimos vinte anos, os cantoneiros de limpeza vêm assumindo funções que em nada se enquadram no seu perfil profissional. Transformando os trabalhadores em “pau para toda a obra”, as chefias (sempre com a complacência do executivo camarário), obrigam-os a desempenhar as mais variadas funções, desde conduzir os veículos que dão apoio às Zonas (as varredoras de ruas), ou desenvolver trabalho que mais adequado seria a um jardineiro. Esta flexibilização do trabalho contribuiu, igualmente, para reduzir ainda mais o quadro de operacionais que deviam estar nas ruas da cidade a desempenhar as funções para as quais de facto foram admitidos.

Salientamos, ainda, a adaptação exemplar à introdução de novas tecnologias por parte destes trabalhadores. Com o profissionalismo que sempre demonstraram, receberam com entusiasmo a troca de enxadas por moto roçadores, moto gadanheiras, sopradores de costas e os veículos de remoção sujeitos a grandes inovações nos últimos anos. A qualidade do serviço aumentou grandemente, não só pelas introduções referidas mas também e principalmente, pela dedicação, elevado sentido de responsabilidade e brio que historicamente caracteriza este grupo profissional no seio do município de Lisboa, sempre em prol dos municípios. ■



Esvaziamento dos serviços municipais!

Degradação das condições de Saúde e Segurança no Trabalho!

Lenta mas inexoravelmente, assistimos a um processo de esvaziamento de serviços municipais, que diríamos deliberado. Ele é múltiplo e multifacetado, notando-se no persistente desinvestimento que é gritante em vários sectores, com a implícita degradação nas condições de trabalho.

Edifício, utensílios, ferramentas e equipamentos de proteção individual, entre outros meios, tudo se vai degradando, obrigando, em inúmeras ocasiões, à paralisação do trabalho. Estas ocorrências e constatações têm vindo a potenciar um ambiente de crescente desânimo entre os trabalhadores.

Vê-se este fenómeno particularmente nos setores operativos, nomeadamente os que integram as Direções Municipais do Ambiente Urbano e de Projetos e Obras, mas ele é, sem dúvida, transversal a toda a atividade do Município.

Nas oficinas do DRMM há uma falta crónica de materiais, indispensáveis às reparações das viaturas. Na Limpeza Urbana sucedem-se avarias de equipamentos. Nos jardins, há instalações que há anos necessitam de obras que garantam a segurança aos trabalhadores. Paradigmático desta realidade são os contentores onde estes trabalhadores se vestem e fazem a sua higiene pessoal, dignas, é necessário

acrescentar, de países do 3º mundo. Num diferente contexto, mas complementado o atrás referido, existem instalações [há muito identificadas] que integram coberturas proibidas por lei, como a utilização de material denominado por fibrocimento.

Há locais de trabalho onde o risco de vida para os trabalhadores é uma evidência objetiva, nomeadamente, nos postos de Limpeza de Marvila, Rua 1º de Maio ou na Brigada dos Calceteiros na Rua do Saco.

Face a esta situação, e perante as constantes legítimas reclamações dos trabalhadores e do STML, a CML chora lágrimas de crocodilo mas, no concreto, refugia-se nas “dificuldades financeiras” para não cumprir as suas obrigações enquanto entidade empregadora.

Será que, por detrás desta estratégia de esvaziamento e desinvestimento, está a velha técnica de deixar degradar para posteriormente dizer “que não temos condições e, como tal, teremos de concessionar”?

Os trabalhadores e o seu sindicato, o STML, continuam a exigir o fim da degradação das condições de segurança e de trabalho, a defesa dos postos de trabalho e do serviço público municipal de qualidade, eficiente e acessível. ■



Aplicação do Código do Trabalho e o Orçamento do Estado para 2013 na EGEAC

Com a entrada em vigor, no dia 1 de agosto de 2012, da Lei 23/12, que introduziu alterações ao Código do Trabalho (CT), os ataques aos direitos dos trabalhadores sucedem-se. Esta revisão do CT significa um profundo retrocesso em matéria de direitos laborais. A Lei 23/2012 contem várias inconstitucionalidades. Inúmeros especialistas apontam como violadoras dos princípios constitucionais, entre outras, as seguintes matérias:

- Despedimento (extinção do posto de trabalho e inadaptação);
- Processo de redução das compensações por despedimento;
- Banco de horas;
- Suspensão de cláusulas das Convenções Coletivas (Acordo de Empresa).

No sentido de combater estas inconstitucionalidades, resultado da vontade e da política de um governo fora-da-lei, os deputados do PCP, BE e PEV requereram, em Julho de 2012, junto do Tribunal Constitucional, a fiscalização sucessiva da Lei. O tempo dirá quais os resultados que poderão ser favoráveis aos trabalhadores. Contudo, à parte de eventuais decisões, mais ou menos positivas, do Tribunal Constitucional, será a unidade e a luta organizada dos trabalhadores que terá um peso determinante na inaplicabilidade do novo código do trabalho consubstanciado em medidas injustas e inaceitáveis. A exigência da sua revogação é um imperativo, urgente e inadiável! ■

O Código do Trabalho não se sobrepõe às Convenções Coletivas [Acordo de Empresa]!

Em nenhum caso o Conselho de Administração da EGEAC-EEM está obrigado a seguir a Lei Geral e, por isso, o STML exige, como não podia deixar de ser, que sejam respeitados, impreterivelmente, os direitos discriminados e salvaguardados pelo Acordo de Empresa (AE).

As disposições do AE que o Código do Trabalho considera nulas ou suspensas, não revogam a sua aplicação, ou seja, não obrigam a que sejam retirados os direitos que estejam a ser atribuídos aos

trabalhadores. É disto exemplo, o caso da retribuição de trabalho suplementar e descanso compensatório cujo parecer da Autoridade para as Condições de Trabalho confirma que as empresas não estão impedidas de pagar valores superiores aos acréscimos previstos no CT, isto é, as empresas podem e devem não só manter os valores que estavam a ser praticados, como podem inclusive aumentá-los. Neste sentido, torna-se essencial a unidade dos trabalhadores da EGEAC na luta e defesa do seu AE. ■

Orçamento do Estado para 2013

A coberto do “memorando de entendimento” (um verdadeiro programa de agressão) que o PS assinou em Maio de 2011, e que o PSD e CDS subscreveram, o atual Governo de Passos e Portas aprovou o OE para 2013 que aumenta exponencialmente a carga fiscal sobre os trabalhadores, corta no apoio social às famílias e, pela primeira vez, obriga os trabalhadores desempregados ou doentes a descontar para a Segurança Social sobre os subsídios de desemprego e doença.

Além do congelamento dos aumentos salariais, mantém o corte salarial entre os 3,5% e 10%. O tão propagado pagamento do subsídio de natal em duodécimos, é completamente absorvido pelo aumento do IRS! O mesmo é afirmar, que o roubo do subsídio de férias continua.

A Unidade dos Trabalhadores é essencial!



Sobre esta matéria, o STML, à semelhança de anos anteriores e sempre na perspectiva de não descartar qualquer forma de luta, irá utilizar todos os mecanismos legais à sua disposição. Deste modo (como aconteceu em 2012), irá incorrer com uma ação em tribunal contra os roubos dos subsídios aos trabalhadores da EGEAC-EEM.

No entanto, não podemos criar falsas expectativas quanto aos resultados de ações de natureza jurídica. Ocorre demasiadas vezes, a sua resolução prolongar-se indeterminadamente no tempo e, nem sempre, com os resultados que nos interessam.

É assim urgente lutar por uma política que defenda de facto os interesses dos trabalhadores e, para tal se verificar, é imprescindível demitir o atual governo e construir a tão necessária alternativa. ■

Dia 16 de fevereiro, saímos à rua e exigimos a demissão do governo de Passos e Portas e o fim da política de direita!

GEBALIS – Ato de coragem dos trabalhadores na recusa do banco de horas!

No fim do mês de novembro os trabalhadores da empresa municipal GEBALIS foram intimados, via correio electrónico da empresa, a pronunciarem-se sobre a aceitação (por acordo do trabalhador à adesão) do banco de horas individual.

O conselho de administração, invocando a última alteração ao código de trabalho, que entrou em vigor em agosto de 2012, e que veio permitir, **não obrigar**, que qualquer empresa pudesse propor aos trabalhadores a adesão a este modelo de adaptabilidade de horários, pôs assim em marcha um processo de aceitação deste regime, apresentando-o como uma regalia que os trabalhadores poderiam beneficiar, e sem os informar nesta comunicação que, caso não se pronunciassem no prazo estabelecido legalmente seria considerado o aceiteamento tácito de adesão a este regime.

Alertado o STML, pelos seus associados, sobre este processo, prontamente alertou os trabalhadores dos perigos que acarretava a instituição deste regime.

Neste sentido foi possível encetar contacto com a

Comissão de Trabalhadores e partir para a realização de um plenário de trabalhadores, que se realizou no dia 28 de novembro.

Nesta reunião magna dos trabalhadores foram expostas todas as reservas que o sindicato e a CGTPI observam sobre a implementação dos bancos de horas. Foram ainda respondidas, como é habitual, todas as questões e dúvidas colocadas pelos respetivos trabalhadores.

Este plenário teve, ainda, a particularidade de contar com a participação de um membro do Conselho de Administração (CA) da Gebalis, que justificou esta medida “*como um possibilitar a todos os interessados a adesão a um regime de adaptabilidade que o CA considera benéfico para os seus trabalhadores*”.

Realizado o plenário, cabia agora a decisão aos trabalhadores que, individualmente, deveriam pronunciar-se sobre esta matéria. A resposta da esmagadora maioria dos trabalhadores da GEBALIS foi a de **recusar** a adesão ao banco de horas! Não é demais enaltecer a coragem demonstrada e sauda-

mos todos os trabalhadores que, perante uma pressão e chantagem dissimulada, não vergaram!

Unidos, resistiram de forma quase unânime a mais uma das malfetorias criadas pelo Código do Trabalho do governo PSD-CDS / UGT / Confederações Patronais, sem esquecer, obviamente, a abstenção do PS aquando da votação destas nefastas medidas na Assembleia da República.

Este foi, também, um ponto de partida para que num futuro próximo, o STML e a Comissão de Trabalhadores da GEBALIS possam, conjuntamente, desenvolver um projeto de proposta de **Acordo de Empresa** a apresentar brevemente aos trabalhadores, no sentido de os unir em torno de uma série de reivindicações que possam melhorar a sua vida laboral e regular alguns aspetos da sua relação de trabalho com a empresa.

Unidos somos mais fortes! (Como mais uma vez ficou demonstrado!)

Sindicalizados estamos mais seguros! ■

EPUL – a extinção de um dos baluartes históricos da cidade

Qual o futuro para os seus trabalhadores?

A **extinção** da EPUL, uma empresa que existe há 42 anos, com um vasto património, conhecimento e experiência adquirida, com 148 trabalhadores qualificados, foi apresentada pelo executivo PS, no passado dia 5 de dezembro, em sessão extraordinária de Câmara e votada favoravelmente por PS, PSD e CDS.

António Costa justifica a extinção desta empresa municipal com o perigo da penhora do seu valioso património, devido à dívida, detida pelo banco holandês Dexia. Alegou, também, o facto de a função essencial da empresa, a urbanização da cidade, estar concluída, associada à crise do imobiliário que grassa no país.

Estes argumentos deixam-nos várias dúvidas, isto é, ainda há um ano atrás, o presidente considerava a EPUL uma empresa viável. Por outro lado, questionamo-nos sobre a verdadeira situação da empresa, ou seja, sobre todos os seus direitos, ativos, obrigações e passivos. Interrogamo-nos sobre os aspetos do empréstimo contraído ao Banco Dexia/Holanda; sobre a dívida da CML à EPUL ou sobre o papel essencial na tão propalada reabilitação urbana de que Lisboa necessita claramente e que uma empresa com o conhecimento que a EPUL detém deveria ter.

Para além de não compreender a extinção anun-

ciada, o STML está essencialmente preocupado com a situação dos trabalhadores, muitos com dezenas de anos de serviço. Embora António Costa diga que o futuro destes será salvaguardado, seja através de rescisões amigáveis com as respetivas indemnizações,



seja através da sua integração na CML, por **Acordo de Cedência de Interesse Público** (ACIP) durante um ano, comprometendo-se o executivo municipal a abrir o respetivo processo concursal para a entrada nos mapas de pessoal da CML.

Aqui recaem as nossas principais preocupações! Exigimos que o executivo garanta o emprego destes trabalhadores, assim como dos seus rendimentos.

O STML tem estado com os trabalhadores da EPUL, desde que tomou conhecimento do delicado momento que estes estão a atravessar. No dia 5 de dezembro, quando a proposta de extinção foi levada à sessão de câmara, uma delegação deste sindicato esteve com os trabalhadores, que se concentraram na Praça do Município, onde demonstraram o seu descontentamento. Transmitimos uma mensagem de solidariedade e disponibilidade para a defesa dos seus direitos. No dia 10 de dezembro, o STML realizou um plenário na sede da empresa, com a participação de mais de uma centena de trabalhadores, onde se tentou esclarecer as dúvidas e inseguranças, perfeitamente normais perante a surpreendente notícia da extinção da empresa.

O STML tudo fará para garantir que os seus direitos sejam respeitados, tendo deixado o desafio aos trabalhadores, desde logo aceite, em marcar presença na Assembleia Municipal, com o objetivo de acompanhar a votação da extinção da EPUL, onde poderão verificar que entre PS, PSD e CDS, há muito mais semelhanças que diferenças. ■

A QUEM INTERESSA A AUSÊNCIA DO REGULAMENTO INTERNO?

O Regulamento Interno é um documento escrito que tem por objectivo a clarificação dos direitos e deveres de todos os elementos pertencentes a uma organização ou instituição. Atualmente, o RSB rege-se por um regulamento interno que data de algumas décadas atrás, sendo uma herança do “estado novo”, o regime salazarista, pelo que se tornou imperiosa a elaboração de um documento contemporâneo que se adequa à realidade e às necessidades da instituição.

Sendo o RSB uma organização com uma hierarquia similar à militar, é impensável que não exista um texto que determine as normas orientadoras sobre a sua atividade e que estabeleça regras que deverão ser cumpridas por todos os membros no seu interior.

Atualmente, o RSB está a passar por situações às quais os operacionais da instituição são completamente alheios.

Por um lado foram tomadas medidas por parte da estrutura de comando, com a anuência dos responsáveis políticos, que não beneficiaram as acções de socorro, nem o bom funcionamento interno do Regimento, medidas que atempadamente mereceram a contestação do departamento de bombeiros do STML.

Por outro, tem havido uma total inércia por parte do executivo camarário para resolver algumas questões de vital importância, como sejam a necessidade urgente de promoções e a ausência de um regulamento interno. A não serem resolvidas a curto prazo, o regimento cairá numa situação caótica, subvertendo a normal e legítima aspiração de carreira, como se pode constatar pelo atual desempenho de funções de alguns bombeiros, não se sabendo onde começam e acabam os direitos e os deveres individuais. Como diz o adágio popular: “casa onde não há pão, todos ralham, e ninguém tem razão”.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa, por proposta de um grupo partidário municipal, em fevereiro de 2008, aprovou uma recomendação propondo que a autarquia procedesse à elaboração e aprovação do Regulamento Interno. Nesse mesmo ano é nomeado, em comissão de serviço, o atual comandante do RSB que, de imediato, cria



vários grupos de trabalho, um deles com o objetivo específico de elaborar o dito regulamento.

O texto é elaborado e posteriormente apresentado com pompa e circunstância e, até à presente data, não se sabe onde está e porque está “guardado” este importante documento.

Já em setembro de 2010, o mesmo grupo partidário municipal apresentou um requerimento no sentido de saber em que fase se encontrava a elaboração e aprovação do regulamento interno do RSB, tendo a CML respondido, em março de 2011, que a proposta de Regulamento Interno do RSB se encontrava em “análise”.

Um documento, que estabelece a organização interna e as regras de funcionamento do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, não pode estar “perdido” numa gaveta de um qualquer gabinete, pelo que, decorridos estes anos, faz todo o sentido colocarmos a questão: a quem é que interessa que o Regulamento Interno não seja aprovado?

É uma luta que o STML não vai deixar cair! Este vital documento é essencial para o bom funcionamento do RSB e, como tal, teremos que exigir a sua rápida aprovação! ■



Esvaziamento em curso da CML com a eventual transferência de serviços municipais para as Juntas de Freguesia?

Foi publicada, no dia 8 de novembro do passado ano, a Lei nº 56/2012, que contempla a reorganização administrativa de Lisboa. Esta lei tem como base a proposta aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa pelo PS e PSD, os mesmos partidos que a aprovaram na Assembleia da República, sendo depois rapidamente promulgada pelo Presidente da República.

Esta lei, que representa um retrocesso para o poder local democrático, visa a redução para menos de metade das atuais 53 para 24 freguesias, levando à constituição de minicâmaras, tendo ainda a intenção de transferir competências, meios humanos, financeiros e patrimoniais para as novas juntas de freguesia, sob o pretexto duma proximidade aos municípios.

Dum vasto “pacote” de competências a transferir para as juntas destacamos: manutenção de espaços verdes; assegurar a aquisição, colocação e manutenção das placas toponímicas; manter e conservar pavimentos pedonais; assegurar a limpeza das vias e espaços públicos; conservar e reparar a sinalização horizontal e vertical; assegurar licenças de utilização/ocupação da via pública, licenças de afixação de publicidade de natureza comercial; gerir, conservar e reparar equipamentos sociais (...), designadamente, equipamentos culturais e desportivos; criar, construir, gerir e manter parques infantis públicos; conservar e promover a reparação de chafarizes e fontanários; promover e executar projetos de intervenção comunitária, nomeadamente nas áreas da ação social, da cultura, da educação e do desporto; assegurar a gestão e manutenção corrente de feiras e mercados; contribuir para as políticas municipais de habitação.

Como facilmente se percebe, a acontecerem as transferências descritas na lei agora aprovada, assistir-se-ia a um esvaziamento quase total das funções desempenhadas pela CML, de forma transversal.

A posição do STML e dos trabalhadores passa por manter, sob a alçada da Câmara Municipal, a prestação de serviços públicos municipais de qualidade e a escala destes, uma vez que a grande maioria deles funciona de forma

integrada, como é o caso da Limpeza Urbana ou manutenção dos Espaços Verdes. Por exemplo, nos espaços verdes, tanto os meios humanos, que são multidisciplinares, como máquinas e ferramentas, são utilizados de forma a serem maximizados.

Temos também de considerar o conhecimento adquirido pelas diversas chefias, que conhecem melhor que ninguém a cidade e as necessidades dos municípios.

Outra questão essencial (e principal) são os **postos de trabalho**, a começar pelos trabalhadores das atuais juntas que vão ser fundidas, pois não temos a certeza que estes estejam garantidos. Para os trabalhadores da Câmara, a saída para as juntas pode atingir todas as categorias.

A delegação de competências da CML para as Juntas de Freguesia é uma possibilidade e uma opção política que cabe à Assembleia Municipal aprovar em caso de surgir uma proposta do executivo camarário nesse sentido. Não estamos, portanto, perante uma inevitabilidade!

Ao executivo de maioria PS, liderado por António Costa caberá a responsabilidade de definir quais os serviços municipais que poderão ser transferidos para as juntas. Caberá igualmente a este executivo definir claramente o futuro dos trabalhadores que se encontram com o seu futuro incerto e, quem sabe, com a mobilidade especial e/ou geográfica à espreita.

Apesar de António Costa afirmar que não tem qualquer intenção de privatizar serviços, não nos esqueçamos de um “estudo” de 2008 para a Limpeza Urbana, que apontava a sua externalização para as juntas de freguesia, como um passo intermédio para “outros voos”. Esse processo, como todos recordamos, foi derrotado pela luta dos trabalhadores.

A luta em defesa dos serviços públicos municipais e dos postos de trabalho é um imperativo do STML! ■





16 de fevereiro é dia de luta nacional convocada pela CGTP-IN

Realizou-se, no dia 4 de janeiro, na União das Associações de Comércio de Lisboa, o primeiro plenário de sindicatos da CGTP-IN de 2013. Este plenário teve como objetivo principal a apresentação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2013.

Tendo pela frente mais um ano difícil para os trabalhadores portugueses, que terá sem dúvida reflexos no movimento sindical unitário, a CGTP-IN, como a maior organização social portuguesa, irá manter a dinâmica que a caracteriza e distingue de outras pseudo organizações sindicais. A defesa dos direitos dos trabalhadores, pensionistas e reformados e dos jovens à procura do primeiro emprego, continuará a ser o objetivo máximo, num combate simultâneo à política de direita que assola o país.

Para atingir estes propósitos é fundamental o reforço da sindicalização. Manter e aumentar a força que detemos nas empresas, nos serviços, nos locais de trabalho é, assim, imprescindível, considerando serem estes os palcos preferenciais e primeiros no combate que é necessário travar.

Deste modo, é urgente pôr termo a este governo e à política de cariz neoliberal que o caracteriza. Uma política que recusa o aumento do ordenado mínimo, mas injeta milhares de milhões na banca (como revela o exemplo do BANIF), aumenta escandalosamente os impostos do rendimentos do trabalho (IRS) e prevê, simultaneamente, a redução do IRC para as empresas.

Outras malfetorias, como a redução do preço do trabalho extraordinário, o agravamento das condições de aposentação, a tentativa de redução dos valores das indemnizações, com vista a facilitar os despedimentos, assim como, a privatização do setor empresarial e estratégico do Estado ou a tentativa de destruição das suas funções sociais, devem merecer da parte de todos os trabalhadores um determinado combate. Neste combate, a CGTP-IN não desarma e não nega as suas responsabilidades.

Por outro lado, o roubo organizado que constitui o Orçamento do Estado para 2013, ferido de inconstitucionalidades. Aliás, as mesmas inconstitucionalidades que foram denunciadas pelo Tribunal Constitucional relativamente ao OE de 2012. Contudo, o Presidente da República não teve coragem para vetar esta péssima lei! Assim, as batalhas que temos pela frente, só as poderemos vencer se estivermos unidos e organizados em sindicatos verticais de classe como são os que integram a CGTP-IN.

Por todas estas razões e muitas mais se poderiam referir, no **próximo dia 16 de fevereiro** será um dia de luta nacional com manifestações em todas as capitais de Distrito e Regiões Autónomas.

O Plenário de Sindicatos, do dia 4 de janeiro, terminou com a saída à rua dos dirigentes e ativistas sindicais presentes, com destino ao Ministério da Economia (junto ao Largo Camões). Neste Ministério foi entregue a resolução previamente aprovada, sob o lema:

“Prosseguir a luta para acabar com a política de direita, defender as conquistas de Abril – Lutar por um Portugal com futuro!” Assim o faremos! ■



A luta saiu à rua em dezembro nas manifestações de protestos convocadas pela CGTP-IN



Foram muitos os milhares de trabalhadores que estiveram, no dia 8 de dezembro no Porto e no dia 15 do mesmo mês em Lisboa, nas manifestações convocadas pela CGTP-IN.

Nestas grandes e combativas jornadas de luta foi exigido ao Presidente da República que ouvisse o sentimento generalizado que percorre todo o país, no sentido de não promulgar o Orçamento do Estado para 2013! Facto que foi ignorado pelo homem que **jurou cumprir e fazer a cumprir a Constituição da República Portuguesa**. Este Orçamento é um atentado à lei máxima deste país e, caso seja levado à prática, aprofundará o desastre económico e social que já hoje se sente de norte a sul de Portugal.

Este Orçamento do Estado é inconstitucional porque viola o princípio de igualdade, porque impõe sacrifícios aos trabalhadores e pensionistas muito superiores ao que são exigidos aos rendimentos do capital. Viola os princípios da capacidade contributiva e da igualdade fiscal, porque impõe uma sobretaxa adicional de IRS aos rendimentos do trabalho, enquanto isenta desta sobretaxa outros rendimentos patrimoniais. Viola, também, o princípio da progressividade do imposto sobre o rendimento pessoal, porque ao reduzir de 8 para 5 o número de escalões do IRS, eleva os rendimentos mais baixos a um escalão superior. É inconstitucional a redução das remunerações e a suspensão total ou parcial do subsídio de férias, tal como decidiu o Tribunal Constitucional nas normas do OE para 2012 que previam idêntica suspensão.

A CGTP-IN exortou todos os trabalhadores a intensificarem a ação reivindicativa nos locais de trabalho, condição necessária e decisiva para defender os direitos e melhorar as condições de trabalho; e, alargar o campo da luta mais geral contra a promulgação ou aplicação das medidas gravosas contidas no Orçamento do Estado, de forma a impedir mais sacrifícios para os trabalhadores e o povo.

Prosseguir o combate firme e determinado contra a política de desastre nacional, de austeridade e regressão social, de ataque às funções sociais do Estado são os imperativos nacionais que devem mobilizar todos os trabalhadores. No próximo dia **16 de fevereiro** materializamos estes objetivos, levando o protesto, a indignação e a força da razão para a rua nas ações convocadas pela nossa Central Sindical em todos os distritos do país. Lisboa tem, por este motivo, uma responsabilidade maior, como a capital e como a cidade com a maior autarquia nacional. Os trabalhadores do município de Lisboa não podem, não devem, silenciar a sua indignação!

É tempo de acabar com a política de direita! É tempo de luta e de exigir que se cumpram as medidas alternativas propostas pela CGTP-IN! É tempo do governo se demitir! ■



O Direito à Greve!

A importância em defender uma arma indispensável aos trabalhadores!

Os tempos conturbados em que nos encontramos implicam e continuarão a implicar, da parte dos trabalhadores portugueses, o uso de todas as formas de luta necessárias no combate às nefastas medidas que consubstanciam a política de direita.

Os ataques a que estamos sujeitos, com maior violência e desfaçatez desde que se formou o governo PSD/CDS, tem obrigado os trabalhadores, seja no plano do município de Lisboa ou no plano nacional, a desenvolver ações concretas, muitas vezes na forma de greve, com o único objetivo de derrotar os intentos de quem não olha a meios para atingir os seus fins.

Ao mundo do trabalho, em que todos nos inserimos, foi decretada uma guerra sem precedentes pela mão de um governo, hoje chefiado por Passos Coelho e Paulo Portas, ontem por Sócrates, Durão ou Santana, mas que convergem num mesmo sentido, isto é, diminuir os custos do trabalho, extinguir serviços públicos, redesenhar o papel do Estado, reduzindo ou mesmo eliminando as suas funções sociais. Pelo caminho, degradam inexoravelmente as condições de vida e de trabalho de milhões de trabalhadores, sejam eles oriundos do setor público ou privado.

É neste contexto, de autêntico retrocesso civilizacional, que ganha importância a organização dos trabalhadores e a força da sua união, consciência e determinação. A mesma importância reveste as formas de luta que se definem no tempo e no espaço.

Dentro do atual quadro legal e institucional, a greve é, como todos sabemos, uma das armas mais importantes dos trabalhadores. É a adesão a uma greve que, muitas vezes, define o rumo e a eventual concretização de uma reivindicação, seja ela de caráter setorial ou mais geral.

É através de uma greve que muitos trabalhadores ganham a consciência da sua força, quando organizada e concertada com milhares de outros trabalhadores que sofrem as mesmas agruras, que sentem o mesmo peso de medidas injustas, arbitrarias e inaceitáveis. É nestes momentos que se revela a força e a união de uma classe, a classe trabalhadora!

Uma **classe** que diz respeito aos assistentes operacionais, cantoneiros, motoristas, jardineiros, calceteiros, auxiliares, apanhadores-tratadores, operários, me-

cânicos, eletricitas, mas também aos assistentes técnicos, administrativos, fiscais, desenhadores ou técnicos superiores, engenheiros, juristas, arquitetos, historiadores, sociólogos, psicólogos, economistas, professores, etc., etc., etc.

A greve é, de facto, uma arma insubstituível! Por esta razão, não a podemos nem devemos desvalorizar, desprezar e muito menos enfraquecer. Quando em torno de um problema concreto, a maioria dos trabalhadores decide avançar com um pré-aviso de greve, através das suas estruturas representativas, decidem igualmente abdicar de um dia de salário (às vezes mais) para atingir um determinado objetivo!

Muitas vezes, esse objetivo não implica necessariamente a satisfação imediata de um qualquer direito ou aspiração, mas antes a resistência à sua retirada ou eliminação. Por essa via conseguimos travar inúmeras vezes as intenções de quem [governo, patronato, executivo camarário] pretende avançar no contexto da desregulação e desregulamentação que implica, obviamente, a degradação sistemática das nossas condições de trabalho e das nossas vidas.

A greve é, assim, uma ferramenta poderosa quando bem utilizada e, principalmente, quando espelha a vontade de uma **classe ou sector profissional**, demonstrando, inequivocamente, perante os que detêm o poder que a força reside nas mãos de quem trabalha, seja ele trabalho manual ou intelectual, e não no seio de uma meia dúzia de bem-falantes e bem-parecidos [os demagogos], que exigem sacrifícios atrás de sacrifícios, sabendo, à partida, que depois de concretizada uma vilania, outra se lhe seguirá sem grande prurido ou preocupação.

Os trabalhadores devem perceber, antes cedo do que tarde, que a sua participação numa greve em torno de matérias justas, percetíveis e exequíveis, é o passo primeiro e indispensável para garantir no presente, a dignidade e respeito que o futuro nos deve reservar.

Ganhar consciência, unir, organizar e lutar, defender e resistir! São as palavras de ordem que nos devem mobilizar para o ano difícil que nos espera. **A greve, como a nossa principal arma, deve ser encarada por todos como um DIREITO e uma OBRIGAÇÃO, porque os direitos defendem-se, exercendo-os!** ■



Milhares de trabalhadores e ativistas sindicais votaram contra o Orçamento do Desemprego e da Pobreza

O Orçamento do Estado (OE) para 2013 representa uma nova e brutal ferramenta para fazer vingar o plano geral que defende os interesses dos mais ricos, quer no plano nacional, mas também internacional. Deste modo, os seus representantes políticos – Governo e Troika – decidem um conjunto de medidas que aceleram o processo de redução de salários e pensões e desmantelamento dos serviços sociais do Estado.

A isto, obviamente, os trabalhadores e a sua Central Sindical não poderiam ficar indiferentes. Quando o Governo apresentou este OE ao Parlamento, a CGTP-IN trouxe à rua a sua rejeição popular. E assim foi no dia da sua aprovação final e global [27 de Novembro], pela maioria parlamentar composta pelo PSD e CDS.

Foram três colunas de dirigentes, delegados e ativistas sindicais e de outras organizações que convergiram para São Bento: do Largo do Rato, saíram os de Setúbal, do Largo de Santos os que vieram do Alentejo e, do Largo da Estrela, quem veio de Lisboa e Santarém. Foi patente a determinação e combatividade deste protesto.

Em São Bento esteve também presente a Confederação Nacional da Agricultura, e foi com uma intervenção do seu coordenador que se iniciaram as denúncias sobre os inúmeros e complexos problemas que se vivem de norte a sul do país que demonstram, sem margem para qualquer dúvida, as consequências calamitosas da política que sustenta este pernicioso governo. O presidente da Câmara Municipal de Moura e o secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, intervieram igualmente, numa crítica feroz ao rumo definido por Passos e Portas e à política de direita que os define.



Da **Resolução** aprovada, os trabalhadores afirmaram:

«É um imperativo nacional o combate sem tréguas contra a política de direita que subverte os ideais, direitos e garantias alcançados com a instauração do regime democrático e que aprofunda o confronto com a Constituição da República Portuguesa e os princípios fundamentais que enformam uma sociedade Democrática, Solidária e Progressista. Uma luta que põe na ordem do dia a exigência nacional de uma rutura com a política de direita, por uma alternativa que assegure o

desenvolvimento e o progresso económico, um Portugal com Futuro, Independente e Soberano. (...)

E assumiram «o compromisso em prosseguir e intensificar a luta, tendo como objetivo romper com a política de direita.»

Como última nota, registar a ampla unidade e vontade coletiva de luta entre a CGTP-IN e outras organizações sociais e a firme combatividade demonstrada. Uma inequívoca resposta às manobras de intimidação e repressão que o Governo montou no final da Greve Geral de 14 de novembro e que, como todos nos apercebemos, tinha como principal objetivo instalar o medo nos trabalhadores e nas populações (além de desvalorizar aquilo que foi uma extraordinária Greve Geral) e, deste modo, diminuir a sua presença nas ações de protesto e luta convocadas pela CGTP-IN. Não resultou e não irá resultar! ■



Espaço dos Aposentados

Em jeito de balanço

Um ano mais passou e se, infelizmente, deixámos de poder contar com a presença do Gíria, foi com muita satisfação que vimos a Comissão de Reformados ser reforçada com novos recém-aposentados. Mantivemos as nossas reuniões mensais, espaço de convívio onde se trocam informações, anseios e receios. Debateram-se variados assuntos, com especial incidência a degradação socioeconómica a que os reformados se têm visto sujeitos, mercê das gravosas medidas deste (des)governo, e analisaram-se propostas de solução, mas também de ação!

Participámos no 6º Encontro da Inter-Reformados de

Lisboa, tendo sido eleitos para a Direção Distrital dois elementos da nossa Comissão de Reformados, um dos quais também integrou a Comissão Executiva da IR.

Estivemos presentes no desfile do 25 de Abril e no 1º Maio, e em todas as ações de luta promovidas pela CGTP. Destacamos as especialmente dirigidas aos reformados, “OS REFORMADOS RECUSAM SER OS BOMBOS DA FESTA” e “TRIBUNA DE PROTESTO CONTRA O NATAL DAS DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SOCIAIS”, a que a comunicação social deu muito pouca ou nenhuma cobertura.

Votos de Bom Ano de 2013

Lembram-se do anúncio do fim da crise e o início da retoma em 2013?

O que 2013 nos “oferece” é o corte de 3,5% nas pensões ilíquidas entre 1.350€ e 1.800€, de 3,5% a 10% para as de 1.800€ a 3.750€, e 10% nas restantes.

Os subsídios de férias e de natal apenas serão pagos por inteiro aos que ganham abaixo de 600€. Para as reformas, entre 600€ e 1.100€, o corte será progressivo no subsídio de férias, e aquelas acima de 1.100€, receberão apenas 10% do subsídio de férias. A somar a tudo isto haverá ainda a subida da taxa de IRS, os limites e diminuições às deduções e benefícios fiscais.

O “roubo” de 3,5%, apelidado de contribuição extraordinária de solidariedade, abrangerá todos os pensionistas (CGA e Segurança Social).

Ao pretender “justificar” o corte nas pensões, Passos Coelho (sem esquecer Paulo Portas) revelou ignorância e pôs em causa a solidariedade entre gerações, essencial ao equilíbrio da sociedade: “Queixam-se de lhes estarmos a pedir um esforço muito grande, porque têm direito a receber hoje o que descontaram a vida toda. Não é verdade. Descontaram para ter reformas, mas não para ter aquelas reformas”. E disse ainda: “Há hoje pessoas que estão reformadas e que têm reformas que são pagas por aqueles que estão hoje a trabalhar, que aqueles que estão hoje a trabalhar nunca terão”.

Como alguém ironizou, o Orçamento tem três objetivos: PAGAR IMPOSTOS, FAZER O MENOR CONSUMO POSSÍVEL E, **IDEALMENTE, AS PESSOAS MORREREM ANTES QUE O ESTADO COMECE A PAGAR A PENSÃO!**



Actividades Lúdicas

Prosseguimos as nossas visitas a locais de interesse, designadamente, o Mosteiro de Odivelas, a Sinagoga de Lisboa e o Templo Radha Krishna.

Participámos no Piquenique, na comemoração do 35º Aniversário do STML, e no almoço comemorativo do 25 de Abril, organizado pela Inter-Reformados de Lisboa, precedido de um debate com um Capitão de Abril e seguido de visita ao Museu dos Patudos, em Alpiarça, com deposição de cravos no monumento a Salgueiro Maia, em Santarém. ■

Espaço dos jovens

No próximo dia 2 de fevereiro a Interjovem terá a sua 7ª Conferência Nacional, com o lema “Mais organização, mais luta, mais sindicato. Queremos Trabalho, exigimos direitos”

Com mais organização sindical, com mais jovens delegados e dirigentes sindicais eleitos, com mais jovens trabalhadores sindicalizados, teremos mais luta pelos nossos direitos, teremos mais vitórias. No dia 2 de fevereiro, no Porto, os jovens trabalhadores vão debater o seu presente e o seu futuro, construir as suas linhas de acção, e a Interjovem sairá mais forte com a força de todos os sindicatos para reforçar a luta e conquistar um Portugal com futuro.

Mas até à realização da 7ª Conferência, a Interjovem não tem abrandado nem estado em lume brando a fazer o trabalho preparatório do referido encontro. O tempo é de luta e os jovens trabalhadores não podem, nem devem, abrandar o ritmo da contestação que este governo e suas políticas merecem.

Assim, estivemos na **greve geral de 14 de novembro**, que provou que os jovens trabalhadores estão fartos desta política e deste governo, a adesão e a força demonstrada nesta greve mostra que estamos disponíveis para lutar por um Portugal com futuro.

Como estivemos na **manifestação de 15 de dezembro**, do Largo de Alcântara até Belém, onde muitos trabalhadores e, entre eles, muitos jovens, contestaram o Orçamento do Estado e pediram ao Presidente da República que inviabilizasse pelo veto político este desastroso documentos do PSD/CDS-PP que, claramente, não serve os interesses da juventude e dos trabalhadores!

Um Orçamento do Estado recheado de inconstitucionalidades,

que não serve os interesses de quem trabalha e de quem quer encontrar trabalho. Este orçamento cria mais desemprego e mais precariedade, vai obrigar cada vez mais jovens a viver em casa dos pais, vai continuar a destruir as perspectivas de futuro, vai colocar os jovens a viver cada vez com menos dinheiro ao final do mês. Vai promover os horários de trabalho abusivos que nos roubam tempo de lazer e de descanso. Vai destruir o serviço nacional de saúde, vai privatizar setores estratégicos da economia, como a televisão pública e os transportes, vai destruir a cultura e a escola pública.

A Interjovem promoveu, ainda, uma **tribuna pública, no dia 19 de dezembro**, em Braga, que teve como objetivo denunciar os diversos casos de atraso no pagamento dos fundos de garantia salarial, de subsídios de desemprego e do subsídio social de desemprego. Denunciou, ainda, que, apesar do governo propagandear como solução para a criação de emprego o *programa Impulso Jovem*, vem-se a verificar que não passa de uma mentira. Num universo de 421.200 jovens trabalhadores desempregados, apenas se registam 253 casos em que o “Impulso” se transformou em contrato de trabalho permanente (?!?!).

A luta não irá parar enquanto não se aplicarem políticas que vão de encontro às aspirações dos trabalhadores, dos jovens, do povo e do país. Pela justiça das nossas razões, as fileiras da luta engrossam a cada dia que passa, com a presença dos jovens, como se tem comprovado. ■



Reforma do Estado: a estratégia da direita para a destruição do Estado Social

É fácil adivinhar que o ano de 2013 vai tornar ainda mais violento o ataque do atual Governo ao Estado social. No imediato, o Orçamento do Estado (OE) revela-se como um instrumento para uma estratégia mais ampla e estrutural que a direita pretende pôr em prática, e que poderá culminar com o aniquilamento da atual Constituição, derradeiro bastião legal da defesa do Portugal soberano, livre e democrático. O brutal aumento de impostos previsto no OE 2013 tem como contrapartida um Estado cada vez mais dissociado de promover respostas aos problemas reais das pessoas. Em suma, vamos todos pagar mais impostos e ter, como sonham os neoliberais do PSD e do CDS, cada vez menos Estado, o que significa menos saúde, menos educação ou menos proteção social.

A tendência agudiza aquilo que têm sido as políticas do passado, não devendo por isso mesmo isentar o PS de profundas responsabilidades no caminho que o Governo de Passos Coelho está a seguir. Ao longo dos mandatos exercidos por maiorias PS, foram múltiplos os ataques ao Estado social. Sob a capa da “esquerda moderna”, ou em nome de uma “terceira via”, os governos de António Guterres e de José Sócrates implementaram medidas de fragilização do Estado, prossequindo, tal como os governos PSD de Cavaco e de Durão Barroso, o ataque aos princípios estruturantes da Revolução de Abril.

Lembrando as palavras de uma secretária de Estado norte-americana, no final dos anos 90, que afirmava estar a atacar a Jugoslávia “para varrer de uma vez por todas a cortina de ferro do centro da Europa”, Passos Coelho e os seus comparsas, à boleia do memorando da troika, declararam guerra ao Estado social, isto é, às conquistas do povo português após as cruéis décadas de fascismo. Marcadamente ideológica, a cruzada do Governo PSD/CDS é contra o povo e os trabalhadores, os seus direitos e garantias, e, até mesmo, contra a democracia.

Usando uma fortíssima máquina de propaganda ancorada nos grandes meios de comunicação social, a direita decreta este “modelo” de Estado social como estando com-



pletamente falido. Para legitimar a estratégia para a sua destruição, o Governo afirma incessantemente o peso da despesa pública, sobrecarrega sobre os trabalhadores e as famílias a fiscalidade e exerce o discurso demagógico da chantagem – perguntava o indescritível Vítor Gaspar “*que impostos estarão os portugueses dispostos a pagar para manter este Estado social*”. Ou seja, como se tivesse sido o Estado social que conduziu o País à situação em que nos encontramos e, assim, isentássemos de responsabilidades os sucessivos governos dos “partidos do arco do poder”, como agora se chama, na gestão das contas públicas pelas opções tomadas usando o dinheiro dos contribuintes.

Convém sublinhar que o Estado Social só será de facto sustentável se rompermos com a prossecução das políticas que têm vindo a ser conduzidas por PSD/PS/CDS ao longo de mais de três décadas. As opções para a sua inviabilidade futura estão no uso criminoso e lesivo que estes partidos, para responder aos mandos do grande capital e favorecer as suas clientelas partidárias, têm dado aos dinheiros públicos. Quando se assinam parcerias público-privadas que isentam de riscos os privados e os colocam do lado dos contribuintes, ou quando se opta por políticas que geram desemprego e tornam sufocante os fluxos financeiros da Segurança Social, a opção desta gente é clara: o Estado Social é para ser destruído.

Por tudo isto, falar de uma reforma do Estado, tal qual Passos Coelho fez em finais do ano passado, é acentuar o plano de destruição de direitos, liberdades e garantias que sustentam o Portugal democrático. À ofensiva ideológica da direita em acertar contas com os ideais de Abril, a luta tem de ser inabalável por parte dos trabalhadores e do povo português. Há opções credíveis para continuar a construir um Portugal mais livre e mais justo, com um Estado Social forte e apetrechado para garantir a cada cidadão os seus mais elementares direitos. Por tudo isso, a ofensiva da direita contra o Estado Social tem de ser combatida. Nas ruas, no trabalho ou nas urnas de voto quando o tempo assim o exigir. ■

A CGTP-IN identifica 8 motivos de inconstitucionalidade na Lei do Orçamento do Estado/2013!

A Lei do Orçamento do Estado para 2013 põe em causa vários preceitos da Constituição, com destaque para a constituição fiscal e, ao afrontar diretamente o decidido no Acórdão n.º 353/2012, traduz o total desrespeito pelas decisões do Tribunal Constitucional, nomeadamente nos seguintes pontos:

1. Ao reduzir as remunerações dos trabalhadores da administração pública e do sector empresarial do Estado e designadamente ao retirar-lhes o pagamento do subsídio de férias **viola o princípio da igualdade, na dimensão da igualdade na repartição dos encargos públicos, consagrado no artigo 13.º da Constituição**, por impor-lhes sacrifícios muito superiores aos exigidos aqueles que auferem rendimentos provenientes de outras fontes ou seja, rendimentos de capital.

2. Ao agravar brutalmente a tributação incidente sobre os rendimentos do trabalho e das pensões ao contrário de outros tipos de rendimento como sejam, as mais-valias mobiliárias e os rendimentos prediais, que não estão sujeitos a englobamento para efeitos de cálculo do rendimento tributável e são tributados a taxas autónomas mais baixas do que as que incidem sobre o IRS, o Orçamento do Estado para 2013 **viola a norma do n.º 1 do artigo 104.º segundo a qual «O imposto sobre o rendimento pessoal visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar»**, na medida em que significa uma distribuição menos justa e menos equitativa da carga fiscal, sem qualquer efeito na redução das desigualdades.

3. Ao aumentar de forma insustentável a tributação em IRS, bem como outros impostos que oneram os rendimentos das famílias, o Orçamento do Estado para 2013 preconiza uma carga tributária que no seu conjunto assume o carácter de verdadeiro confisco na medida em que aquilo que é exigido aos cidadãos a título de impostos ultrapassa a sua real capacidade económica – o que se configura como uma **violação do princípio da proporcionalidade, na vertente da proibição do excesso, consignado no n.º 2 do artigo 18.º da Constituição**, no sentido em que a ações do Estado não devem, para realizar os seus fins, empregar meios que se traduzam em encargos excessivos para os cidadãos.

4. Ao introduzir uma sobretaxa adicional, que é uma taxa proporcional (ou plana) aplicada por igual a todos os escalões de rendimentos **viola mais uma vez o princípio da progressividade consagrado no n.º 1 do artigo 104.º da Constituição** e, por desta forma aumentar a carga fiscal de forma indiscriminada e sem qualquer relação com a capacidade contributiva de cada um, com a agravante de isentar da sujeição a esta sobretaxa alguns tipos de rendimento, como sejam os rendimentos prediais e as mais-valias imobiliárias, **viola também neste caso o princípio da capacidade contributiva e consequentemente o princípio da igualdade fiscal**.

5. Ao atribuir à sobretaxa adicional características próprias diferenciadas das que enformam o próprio IRS (não progressividade, retenção autónoma, dedução específica própria, não aplicação do quociente conjugal), o Orçamento do Estado para 2013 aponta para a criação de um novo imposto sobre o rendimento pessoal, em **violação da norma do n.º 1 do artigo 104.º da Constituição na parte em que obriga à existência de um imposto único sobre o rendimento pessoal**.

6. Ao reduzir o número de escalões de rendimento para efeitos do IRS de 8 para 5 **viola o princípio da progressividade do imposto sobre o rendimento pessoal expressamente consagrado no n.º 1 do artigo 104.º da Constituição**, por elevar os rendimentos mais baixos a um escalão superior e, por outro lado, colocar no mesmo escalão rendimentos de valores muito diferenciados; do mesmo modo, ao tributar da mesma forma rendimentos de valor muito diferenciado – veja-se como exemplo o escalão em que todos os rendimentos acima de 80.000 euros pagam a mesma taxa - **abdica do critério da capacidade económica na repartição dos impostos, que é um princípio fundamental da nossa constituição fiscal, através do qual se concretiza o princípio da igualdade fiscal**.

7. Por outro lado, ao insistir na redução remuneratória e na suspensão total ou parcial do subsídio de férias, o Governo, através da Lei do Orçamento do Estado para 2013, **afronta diretamente a decisão do Tribunal Constitucional substanciada no Acórdão n.º 353/2012**, publicado no Diário da República, 1.ª Série, de 20 de julho de 2012, que declarou a inconstitucionalidade das normas do Orçamento do Estado para 2012 que previam idêntica suspensão.

8. Ao eliminar ou limitar a valores meramente simbólicos as deduções à coleta em sede de IRS, que refletem a consideração das despesas dos agregados familiares (com habitação, saúde, educação, etc.) no valor do imposto a pagar, **desrespeita também o princípio da real capacidade contributiva, através do qual se concretiza o princípio da igualdade fiscal**.

A luta dos trabalhadores portugueses será decisiva na derrota de um governo claramente fora-da-lei! Exigimos, mais cedo do que tarde, a sua imediata demissão! ■



Memorando de entendimento: como a troika e a direita estão a empobrecer Portugal!

O acordo entre os partidos da direita (PSD/CDS/PS) e as instituições internacionais (FMI/BCE/CE) está a destruir o país e a empobrecer galopantemente o povo e os trabalhadores portugueses. Dirão alguns ser essa a contrapartida para que Portugal continue a ter financiamento, numa altura em que o euro é acossado pelos “mercados” (a bem da verdade, pelos especuladores do sector financeiro mundial), e os países do Sul da Europa se veem a braços com uma pressão insuportável sobre as suas dívidas soberanas, sem que os parceiros “ricos” da União Europeia se pareçam importar muito com isso. O certo é que o memorando está a matar Portugal, agravando os problemas que (teoricamente) terão levado ao pedido de apoio internacional, ou seja, a dívida pública pesa cada vez mais no PIB, a produtividade decresce devido ao encolher da procura interna, o desemprego sobe avassaladoramente e o crédito malparado, indicador associado ao setor privado, atinge valores inéditos.

Paralelamente, o discurso oficial diz que a crise é para todos, mas aquilo que se vê é o Estado, com o dinheiro dos contribuintes, a salvar bancos, colocando ao seu dispor linhas de crédito de milhares de milhões de euros para recapitalizações duvidosas, ou nacionalizando sem pudor os prejuízos que a voracidade dos banqueiros produziu, ou a fazer cócegas à economia de casino que os especuladores jogam nos mercados financeiros.

O país da troika é mais injusto, mais desigual e mais pobre. O memorando de entendimento dura há quase dois anos e os resultados estão à vista de todos: Acentua-se a polarização da riqueza nas mãos do grande patronato e do capital financeiro e a banca age como sorvedouro das mais-valias provenientes da esfera produtiva. O mercado do trabalho encolhe e é desregulado sem respeito mínimo pela ordem jurídica, sobretudo pela lei fundamental do País, que é a Constituição, e pelo princípio do direito ao trabalho e a um emprego digno ali consagrado. Aumento de horas de trabalho, redução de salários, perda de regalias sociais ou, como se soube no início deste ano, uma redução significativa das indemnizações por despedimento, são apenas alguns itens que a troika e o Governo PSD/CDS congeminam para desvalorizar o fator trabalho. Como se estivessem a projetar uma nova era de escravatura!

A recessão imposta pelas medidas de austeridade arriscam colocar Portugal num estado de desemprego estrutural. De facto, com o encolher do PIB, o desemprego cresce inevitavelmente. A falta de procura interna coloca em causa a produção nacional e as vãs glórias que o ministro Álvaro vai acenando sobre a exportação é apenas folclore para ir entretendo um povo que este Governo trata com desprezo e desdém.

Chega! Renunciar ao memorando e livrarmo-nos deste governo são, há tempo demais, imperativos nacionais. ■



Os responsáveis pelo estado do país têm caras e têm nomes...

O “memorando” para o empobrecimento generalizado do povo português!



Palestina: Mais um passo para a Libertação!

A heroica luta do Povo Palestino teve um desenvolvimento importante no último trimestre de 2012. **A Organização das Nações Unidas (ONU)** aceitou o Estado Palestino com o estatuto de observador – idêntico ao do Vaticano e da Suíça, com os votos contra, entre outros, de Israel e dos Estados Unidos, além de algumas abstenções.

Deste modo, com **138 votos a favor**, entre os quais o de Portugal, a votação no seio da ONU foi uma vitória que o Movimento Sindical celebra.

A CGPT-IN mantém laços de solidariedade com a União Geral dos Trabalhadores Palestinos – GUPW e, neste contexto, realizou no passado mês de dezembro uma **Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo Palestino**, onde esteve presente o secretário-geral adjunto da GUPW, Mohmad Yahya.

Por ocasião deste histórico evento para os trabalhadores e povo palestino, a CGTP-IN enviou uma mensagem à GUPW onde reafirmou a sua solidariedade e total apoio na luta que este povo mártire desenvolve há décadas pela sua independência e soberania e pelo direito à sua autodeterminação.

Recordamos o massacre cometido pelo regime sionista de Israel contra a população palestina da Faixa de Gaza, 23 dias de bombardeamentos e atrocidades – de 27 de dezembro de 2008 a 18 de janeiro de 2009 -, que provocaram cerca de 1400 mortos e 5000 feridos, a maioria dos quais civis palestinos, incluindo centenas de crianças, e a destruição de infraestruturas indispensáveis para assegurar a resposta às necessidades básicas da população daquele território que há anos está sob bloqueio israelita. Depois deste massacre, o exército de Israel manteve, de forma regular, a Faixa de Gaza sob ataque, provocando dezenas de mortos e centenas de feridos entre a população palestina, ataques que, no passado mês de novembro, assumiram novamente grandes proporções com sucessivos bombardeamentos e envolvendo meios militares poderosos, provocando mais de centena e meia de mortos e mais de mil feridos.

Recordamos os milhares de hectares de terra palestina que foram expropriados e os milhares de habitações que foram destruídas e os seus legítimos donos expulsos, terras posteriormente ocupadas por colonatos ilegais, que atualmente continuam a ser construídos.

Israel ergueu um muro de separação, construído na quase totalidade em território palestino. Um muro, que Israel apresenta



como “defensivo” mas que é uma forma particularmente cruel do regime de segregação que impõe ao povo palestino.

A Faixa de Gaza, alvo de um cruel bloqueio, está desde 2006 transformada numa imensa prisão, onde nada nem ninguém entra ou sai sem prévia autorização de Israel, e onde tudo falta, incluindo os bens e os serviços essenciais à sobrevivência da população, naquele que é um dos territórios mais densamente povoados do mundo.

O direito do povo palestino à Paz, à Liberdade, a uma vida digna e a um Estado independente, soberano e viável, dentro das fronteiras de 1967, com Jerusalém leste como capital, continuarão a dar corpo às justas reivindicações palestinianas. Neste processo de luta, determinação e coragem, continuarão a receber a solidariedade e disponibilidade do STML, integrado na ação mais geral e concertada da CGTP-IN.

Palestina vencerá! ■

Correção ao artigo “Sinistrados de trabalho - as promessas dos responsáveis municipais”, publicado na última edição d’O Trabalhador

Na última edição do nosso jornal (nº 154), transmitimos uma informação desacetada no artigo “Sinistrados de trabalho - as promessas dos responsáveis municipais”. Por lapso, referimos como um dos problemas denunciados por alguns trabalhadores sinistrados, o horário de funcionamento em vigor na Secretaria. Contudo, a referência e crítica diz respeito ao horário de funcionamento do **Núcleo de Planeamento e Controle de Gestão**. Por este engano, pedimos as nossas desculpas. ■

Protocolos do STML

- ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:
 - 10% de desconto nas propinas;
 - 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.
- ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
- ISG - Instituto Superior de Gestão
- IPES - Instituto Português de Estudos Superiores
- IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade
- Escola Superior de Educação João de Deus
- ISTEAC - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- COFAC - Universidade Lusófona
 - Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa
 - Instituto Superior Politécnico do Oeste

- Instituto Superior D. Dinis
- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
- Escola Superior de Educação Almeida Garrett
- Lancaster College
- Universidade Lusíada
- Universidade Autónoma
- Mundi Travel
- Teatro da Cornucópia
- Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo
- Millenium BCP
- ENAL - Escola Nacional de Automobilismo
- Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina
- MACIF - Companhia de Seguros
- Aldeamento Turístico de Palmela ■